

Contribuição da Filologia e da Crítica Textual para o Estudo de Documentos Manuscritos de Paranaguá

CONTRIBUTIONS FROM PHILOLOGY AND TEXTUAL CRITICISM TO THE STUDY OF HANDWRITTEN DOCUMENTS FROM PARANAGUÁ

Celciane Alves **VASCONCELOS***
Manoel Mourivaldo **SANTIAGO-ALMEIDA****

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar o cotejo de dois testemunhos apógrafos manuscritos, destacando as variantes contidas entre eles. Como aporte metodológico se servirá: (i) de duas etapas específicas de operação da edição crítica: a *collatio* [colação] e a composição do aparato crítico ou aparato de variantes; e (ii) da edição semidiplomática apenas como meio de reprodução textual. Espera-se que este trabalho possa contribuir com o desenvolvimento da filologia e da crítica textual, e também servir de incentivo a novas pesquisas, e à reconstituição da história social da língua portuguesa.

Palavras-Chave: Filologia. Crítica Textual. Manuscritos de Paranaguá.

Abstract: The objective of this article is to present a comparison between two handwritten apocryphal testimonies, highlighting their variants. The theoretical assumptions used will be: (i) two specific phases of the operation of the critical edition: the *collatio* [collation] and the constitution of the critical

* Doutoranda do programa de Pós-Graduação da USP, na área de Filologia e Língua Portuguesa (2008). Mestre em Estudos da Linguagem (2006) pela Universidade Estadual de Londrina. Atualmente é bolsista da FAPESP. Contato: celciane@yahoo.com.br.

** Livre-docência sobre as vogais do falar ribeirinho cuiabano (2009) pela Universidade de São Paulo. Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa (2000). Tem formação complementar em Dialectologia Portuguesa pela Universidade de Lisboa (1998). É professor associado e pesquisador da Universidade de São Paulo, e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Contato: msantiago@usp.br.

apparatus or variant apparatus; and (ii) the semi-diplomatic edition as a means for textual reproduction. It is hoped that this work may contribute to the development of philology and textual criticism, as well as serve as an incentive to new research and the reconstitution of the social history of the Portuguese language.

Key-Words: Philology. Textual Criticism. Handwritten documents from Paranaguá.

Introdução

*“A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás;
mas só pode ser vivida olhando-se para frente”.*

Sören Kierkegard

Segundo a literatura sobre o tema, o termo filologia apresenta múltiplas acepções e, por consequência, geram-se divergências quanto aos limites do seu campo de atuação e também do seu objeto de estudo. Santiago-Almeida (2009, p. 223), por exemplo, destaca pelo menos cinco definições de filologia no Dicionário Houaiss (2001):

Filologia é (1) o “estudo das sociedades e civilizações antigas através de documentos e textos legados por elas, privilegiando a língua escrita e literária como fonte de estudos”. Século XVI; (2) o “estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos”. Século XIX; (3) o “estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, em especial a pesquisa de sua história morfológica e fonológica baseada em documentos escritos e na crítica dos textos redigidos nessas línguas (p.ex., filologia latina, filologia germânica etc.); gramática histórica”. Século XX; (4) o “estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos) e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições, utilizando-se de técnicas auxiliares (paleografia, estatística para datação, história literária, econômica etc.), especialmente para a edição de textos”; e, considerando a locução *filologia comparada*, (5) a “parte da lingüística histórica que trata do estudo comparado das línguas, não só através de sua origem e evolução, como

também do confronto com línguas modernas; gramática comparada, linguística comparada. Etimologicamente, do latim: *philologia,ae* 'amor às letras, instrução, erudição, literatura, palavrório'; do grego: *philología,as* 'necessidade de falar, conversação'".

A partir dessas acepções, o mesmo autor sugere que o conceito de filologia pode tomar duas direções, nos sentidos (i) mais amplo (*lato sensu*) e (ii) mais restrito ou estreito (*stricto sensu*). No primeiro, "a filologia se dedica ao estudo da língua em toda a sua plenitude – linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico etc. – no tempo e no espaço, tendo como objeto o texto escrito, literário e não-literário [manuscrito e impresso]" (p. 223). Nesse contexto incluem-se as acepções 1, 3 e 5 de Houaiss. No segundo, "a filologia se concentra no texto escrito, primordialmente literário [antigo e moderno, manuscrito e impresso], para estabelecê-lo, fixá-lo ou restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado" (p. 223). Nesse contexto incluem-se as acepções 2 e 4 de Houaiss. É nesse sentido que se encontra o conceito de crítica textual, ecdótica ou edótica.

Por conseguinte, o texto escrito é o objeto de estudo da filologia no seu sentido estreito – crítica textual –, que tem o texto literário como *corpus* fundamental. Os textos históricos, jurídicos, religiosos e filosóficos constituem o *corpus* secundário. Numa escala de valores, pode-se dizer que esses *corpora* se complementam, pois a filologia ou crítica textual têm por fundamento a história e a literatura, e a história, por sua vez, se baseia, primordialmente, em textos não literários, ficando os textos literários em segundo plano.

Em virtude do caráter polissêmico do conceito de filologia, seu objetivo também pode apresentar variações. Portanto, é muito importante, que o filólogo editor defina claramente quais princípios e normas serão adotados em seu trabalho, pois toda decisão relacionada ao tipo e aos critérios de reprodução de um determinado texto poderá influir no resultado do estudo almejado.

Santiago-Almeida (2009, p. 225-230) sugere que, basicamente, são cinco os tipos de edição ou reprodução, diferenciando-se pelo grau de interferência do editor. Se se trata de textos com apenas um testemunho, aplicam as edições (i) fac-similar, (ii) diplomática, (iii) semidiplomática, e (iv) modernizada; e, se se trata de textos com dois ou mais testemunhos que possuam variantes ou diferenças não autorais entre si, aplica-se a edição (v) crítica. Essa tipologia e suas respectivas particularidades, no entanto, podem variar entre manuais e autores, dependendo da escola e tradição de cada um.

1 Relação Filologia, Crítica Textual e Edição de Texto

Como disciplina integrante da filologia, a crítica textual estabelece com ela uma relação de inclusão, pois a sua tarefa é a de reconstituir o texto de forma que seja o mais fiel possível ao original autoral com base nos documentos textuais disponíveis. Uma vez reproduzido o texto pode incorporar modificações no percurso de sua tradição, ou transmissão ao longo do tempo, e a cada cópia que se faz sua constituição pode ser mudada, seja por ato involuntário ou não de quem o copia. Por esse motivo a crítica textual tem como seu objeto os textos escritos, e tem como objetivo a sua preservação, visando restabelecê-los à sua forma autoral, genuína, com base na documentação acessível.

A crítica textual, também chamada por alguns de 'crítica verbal' (AZEVEDO FILHO, 1987, p. 15) surgiu da necessidade de recuperar manuscritos sagrados e literários de épocas remotas. O crítico textual, na tentativa de reconstruir um texto original, apoia-se em probabilidades e suposições estabelecidas a partir de todos testemunhos existentes.

Modernamente, Karl Lachmann (1793-1851) e Joseph Bédier (1864-1938) são reconhecidos dentro dos estudos filológicos como os precursores da Crítica Textual. Segundo eles "a edição crítica é tida como operação absolutamente necessária ao perfeito entendimento de um texto, ou à sua completa interpretação filológica" (AZEVEDO FILHO, 1987, p. 16). Para que ela possa desenvolver-se plenamente, é necessário o auxílio de outras disciplinas, tais como: a *paleografia* (ocupa-se da leitura e interpretação das formas gráficas antigas, incluindo sua datação, origem etc.), a *codicologia* (preocupa-se em analisar o material empregado na produção do manuscrito e também em verificar em que condições os documentos se encontram), e a *diplomática* (preocupa-se em investigar os caracteres intrínsecos dos documentos, certificando-se da sua autenticidade e veracidade).

Baseado nas considerações acima, este texto tem por objetivo realizar o cojeto entre dois testemunhos apógrafos, bem como apresentar as variantes presentes nesses documentos manuscritos. Para tal empreitada, se servirá de duas etapas específicas de operação da edição crítica: a *collatio* [colação] e a composição do aparato crítico, ou aparato de variantes.

Para a edição dos manuscritos elegeu-se a reprodução semidiplomática, que tem como escopo o preenchimento de lacunas e uniformização de grafias, contribuindo assim, para a eliminação de certo grau de dificuldades de leitura por partes dos pesquisadores, e que segundo Castro (1990, p. 32):

[...] há uma diferença fundamental entre a técnica de publicar inéditos e a edição crítica: aquela considera cada manuscrito como um indivíduo, que decifra, identifica, transcreve e publica, quer diplomaticamente, se lhe conservar todas as características gráficas, quer modernizadamente; a edição crítica, pelo contrário, reduz a um único texto vários manuscritos, naquilo que eles têm de igual ou equivalente, valorizando apenas as variantes que em alguns pontos se separam.

Dessa forma, é importante esclarecer que a lição semidiplomática servirá apenas como meio de reprodução textual. Para o cotejo e composição do aparato de variantes utiliza-se a crítica textual como aporte metodológico.

2 Abordagem Teórico-Metodológica

Levando em consideração que os pressupostos da crítica textual seja a reconstituição do texto tentando aproximá-lo ao máximo possível da forma que recebera do próprio autor, este trabalho busca também fazer, parcialmente, essa reconstituição.

Selecionaram-se, para tanto, dois fólios, que foram submetidos primeiramente a uma leitura prévia, para depois adequá-los às normas da edição semidiplomática. Os critérios adotados levaram em questão diversas etapas: (i) contexto histórico dos documentos; (ii) autoria e datação; (iii) originalidade; (iv) análise codicológica e paleográfica; (v) critérios de edição; (vi) aparato crítico; e (v) considerações finais.

As variantes encontradas nos testemunhos formam o aparato crítico – localizado no rodapé de cada página. Dentre outras, as particularidades listadas como variantes entre os dois testemunhos, são, por exemplo, o caso do ‘s’ longo, o diacrítico sobre o ‘y’, o espaço entre um parágrafo a outro, e o local do carimbo do Arquivo Estadual de São Paulo.

É importante ressaltar que mesmo não havendo outros testemunhos desses documentos manuscritos, o trabalho utilizou-se, de certa forma, dos métodos da crítica textual, na tentativa de melhor elucidar e reconstruir o texto original, que, por hipótese, serviu de base para a composição dos dois apógrafos aqui cotejados.

3 *Corpus do Trabalho*

Foram selecionados dois fólhos pertencentes à Câmara de Paranaguá datados no século XIX. Esses documentos pertencem ao acervo do projeto *Para a História do Português Paranaense: estudos diacrônicos de manuscritos dos séculos XVII a XIX* – PHPP, desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina.

A posse desses manuscritos só foi possível devido ao sistema de digitalização em CD- Rom oferecido pelo Arquivo do Estado de São Paulo, onde se encontram os originais. Esses manuscritos são documentos de diversos punhos, mas têm em comum o fato de serem dirigidos a autoridades constituídas de suas épocas. Na versão digitalizada, estes documentos recebem a sequência numérica de 514, 515, 516 e 517.

Quanto aos aspectos codicológicos, mesmo se tratando de cópias digitalizadas, foram possível verificar: (i) uso dos reclames em todos os fólhos; (ii) papel de cor amarela, manchados pela tinta por ser escrito no recto e verso; (iii) existência de segmentação da margem esquerda e direita; (iv) a cor da tinta parece ser ferrogálica (marrom tom claros e escuros); (v) em todos os fólhos há um carimbo circular de cor azul escrito: Departamento do Arquivo do Estado.

Com relação aos aspectos paleográficos observa-se uma caligrafia homogênea, escrita moderna com letra cursiva, tamanho pequeno e tombada para a direita. Não há muitas abreviações, as que aparecem são: Ign.^{co} (Ignácio), Olivr^a (Oliveira), Escr.^{am} (Escrivam), & (Etcetra), Camr.^a, Cam.^a (Camara), D.D. (Dezembargadores), Comfrd.^o (Comferido), N. (Nosso), p^r (por). Na pontuação verifica-se o uso de vírgula, dois pontos, ponto final, hífen ou sinal de igual para separar sílabas e/ou indicar final de linha. Na acentuação, para marcar a nasalidade coocorrem duas formas: o til (˜) e um acento com formato de vírgula ('), colocados (na maior parte) na sílaba final do ditongo nasal; o acento circunflexo (^) às vezes é usado com valor de agudo ('). O acento diacrítico crase (`) é representado na maioria das vezes pelo circunflexo.

Quanto à autenticidade desses manuscritos, o escrivão da Câmara de Paranaguá, Luis Ignacio de Oliveira Cercal, diz ser cópias dos capítulos de correção feitos pelo desembargador Rafael Pires Pardinho. Essas cópias, ou apógrafos, se passaram por duas vias, identificadas aqui com as letras A e B. O documento A é identificado como 1^a via e o documento B como 2^a via. Esse critério se justifica pela ordem cronológica dos documentos: A está datado no dia 06/05/1808 e B no dia 07/05/1808.

Apesar dos manuscritos apógrafos pertencerem ao século XIX, a data do autógrafo consta do século XVIII, mais especificamente no dia 01/09/1736. Por isso, para se fazer um levantamento dos dados linguísticos desses manuscritos é preciso um cuidado maior, haja vista que não se sabe até que ponto o escrivão Luis Ignacio de Oliveira Cercal interferiu na escrita. A análise seria mais precisa se fosse possível cotejar o manuscrito autógrafo com os apógrafos.

4 Critérios de Edição

A transcrição de textos antigos, ainda conforme Santiago-Almeida (2002, p. 04-05), exige atenção especial, principalmente quando se destinam a estudos de caráter linguístico filológico. Para isso, é necessário um refinado tratamento de certos aspectos desses textos que, para estudos de outra natureza, poderiam estar em segundo plano. Somente uma transcrição extremamente fidedigna e cuidadosa pode deixar transparente todos os traços linguísticos possíveis de serem analisados nos originais manuscritos. Dessa forma, tanto o êxito do trabalho quanto a solidez dos resultados certamente estão condicionados à qualidade da edição dos textos que estão na base desse estudo linguístico. Em verdade, é a natureza dos textos e sobretudo a finalidade da edição que, de certa forma, determinam os métodos e normas de transcrição.

Para execução deste estudo filológico, seguiu-se as normas para transcrição de documentos manuscritos adotadas pelo projeto de pesquisa *Para a História do Português Brasileiro*¹. Trata-se da transcrição chamada *semidiplomática*, ou *diplomático-interpretativa*, ou *conservadora*, que implica nas seguintes normas: (i) As abreviaturas, alfabéticas ou não, são desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas nas abreviaturas, obedecendo aos seguintes critérios: a) respeito à grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba ou copista; b) no caso de variação no

¹ Normas apresentadas e discutidas durante o segundo seminário, realizado em Campos do Jordão, no período de 10 a 16 de maio de 1998, pela comissão de pesquisadores composta por Heitor Megale (USP), César Nardelli Cambraia (USP), Gilvan Muller de Oliveira (UFSC), Marcelo Módolo (mestrando-USP), Permínio Ferreira (UFBA), Sílvio de Almeida Toledo Neto (USP), Tânia Lobo (UFBA) e Valdemir Klamt (UFSC).

próprio manuscrito, a opção é para a forma atual ou a mais próxima da atual; (ii) As fronteiras de palavras que vêm escritas juntas são estabelecidas; (iii) A pontuação e acentuação originais são rigorosamente mantidas; (iv) O emprego de maiúscula e minúscula também é rigorosamente respeitado; (v) Os eventuais erros do escriba ou do copista são mantidos, porém remetidos para nota de rodapé; (vi) A divisão das linhas do documento original é preservada ao longo do texto (formato justaposição); (vii) A mudança de fôlio recebe a marcação com o respectivo número na sequência de duas barras verticais: ||1v.||, ||1r.||; (viii) As linhas são numeradas de cinco em cinco (essa numeração encontra-se à margem direita da mancha, e à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento); Por fim, (ix) A assinatura do punho de quem assina o documento é sublinhada.

A cópia dos apógrafos, também conhecida por reprodução *fac-similada* ou *fac-símile*, encontram-se em anexo.

4.1 Lição semidiplomática

Documento A - 1ª Via
Carta Régia endereçada aos oficiais da câmara da Vila de Paranaguá reclamando a falta de obediência do Doutor Antonio Alvres Lanhas Peixoto, ouvidor geral, em não cumprir ordens do desembargador Rafael Pires Pardiniho. O manuscrito autógrafo foi feito em Lisboa no dia 01/09/1736 por Teodozio de Covellos Pereira a mando de André Lopes da Laura e quem a escreveu e assinou foi Joze Ferreira de Sá, escrivão da câmara. O manuscrito apógrafo foi escrito, conferido e assinado pelo escrivão da câmara de Paranaguá, Luis Ignacio de Oliveira Cercal em 06/05/1808.

|| Fól. 1r ||

Luis Ignacio de Oliveira Cercal *Escrivam* da Camera nes=
ta Villa de Paranaqua² & *Et cetra*
Certefico³, que revendo hum livro em=

² Entre o vocativo e o início do texto, tem um espaço de aproximadamente 3 linhas.

³ A letra C ocupa mais ou menos o espaço de 3 linhas no corpo do texto.

que se copiarão os capitulos de correissao⁴
feitos pelo Dezembargador Rafael Pires=
05 Pardinho onde tao' bem se axaõ registadas
varias Ordens e Rezoluçoins Regias nelle
a folhas sento e dezacete verço, the folhas sen=
to e dezoito se acha o Registo de huma Car=
ta Regia o qual o seu téor he o seguinte.
10 Dom Joao' por Graça de Deos, Rey de Por=
tugal, e dos Algarves, dáquem, e dálem =
mar, em Africa Senhor de Guiné etcetra=
Fasso saber a vós Officiais da Camera da Villa
de Paranaguá, que attendendo â innobe=
15 diencia, com que se houve o Doutor An=
tonio Alvres Lanhas Peixoto, Ouvidor
Geral, que foi dessa Villa, em nao' exe=
cutar a Minha Provizaõ de desde Janei=
ro de mil sete centos e vinte e quatro, em =
20 que Eu tinha confirmado os Provimen=
tos, e posturas, que deixou em correissãõ
o Dezembargador Rafael Pires Pardinho,
que Eu havia aprovado; Me pare=
ceu dizer vos, que Eu houve por bem
25 ordenar ao sindicante, que houver de
tirar Rezidencia ao dito Ministro lhe
de em Culpa nella o não obsserver a
Minha Provizaõ, por que sem este⁵
exemplo se segue, que seus sucessores,
30 e outros Ministros faltem ao Compri=
mento das Minhas Leys, e Ordens. EI=
Rey⁶ Nosso Senhor o Mandou pelos

⁴ O primeiro s da palavra correissãõ é grafado longo, e assim respectivamente com: fasso (l.14), Alvres, Lanhas (l.17), correissãõ (l.22), observar (l.28), este (l.29), sucessores (l.30), Ministros (l.31) e Nosso (l.33).

⁵ Na altura das linhas 29 e 33 há um carimbo do Departamento do Estado de São Paulo, e se encontra à direita do leitor, no canto inferior do fólio.

⁶ Tem um ponto em cima da letra y da palavra *Rey*.

Dezembargadores Joze Gomes de Azevedo,
e Manoel Fernandes Varges, Conselhei=
35 ros do seu Comselho ultramarino, e se

|| Fól. 1v ||

E⁷ se passou⁸ por duas vias. Teodo=
zio de Covellos Pereira o fes em Lisboa
Occidental em o primeiro de Setembro de
mil e sete centos, e trinta e seis. André Lopes
05 da Laura o fes escrever. Joze Gomes de-
Azevedo= Manoel Fernandes Varges =
E não si comtinha mais em a dita Car=
ta, a qual Eu Joze Ferreira de Sá, Escri=
vao' da Camera, que a escrevy e asignei=
10 Joze Ferreira de Sá⁹. Nada mais comti=
nha em o mencionado Registo da dita Carta
Regia que aqui fielmente copiei do próprio
livro ao qual me reporto, e vai por mim comfe=
rido e asignado. O que tudo porto por fé, Pa
15 ranagua seis de Maio de mil oito centos e oito.
Eu Luis Ignacio de Oliveira Cercal Escrivao'
da Camera que o Escrevi, comferi, e asignei.
Luis Ignacio de Oliveira Cercal
Comferido por mim Escrivam
20 Luis Ignacio de Oliveira Cercal¹⁰

⁷ A letra *C* ocupa mais ou menos o espaço de 3 linhas no corpo do texto.

⁸ O primeiro *s* da palavra passou é grafado longo. O *s* da palavra centos (l.15) também é longo.

⁹ A partir da letra *Sá* a tinta do texto passa a ter a cor mais escura.

¹⁰ O carimbo do Departamento do Estado de São Paulo se encontra no final do fólio à direita do leitor.

Documento B - 2ª Via

Carta Régia endereçada aos oficiais da câmara da Vila de Paranaguá reclamando a falta de obediência do Doutor Antonio Alvres Lanhas Peixoto, ouvidor geral, em não cumprir ordens do desembargador Rafael Pires Pardinho.

O manuscrito autógrafo foi feito em Lisboa no dia 01/09/1736 por Teodozio de Covellos Pereira a mando de André Lopes da Laura e quem a escreveu e assinou foi Joze Ferreira de Sá, escrivão da câmara.

O manuscrito apógrafo foi escrito, conferido e assinado pelo escrivão da câmara de Paranaguá, Luis Ignacio de Oliveira Cercal em 07/05/1808.

|| Fól. 1r ||

Luis Ignacio de Oliveira Cercal *Escrivam* da Camara
nesta Villa de Paranaguá¹¹ & *Etcetra*
Certefico¹² que revendo hum
livro em que se copiarão os Capitulos de Correissao¹³ fei
05 tos pelo Dezembargador Rafael Pires Pardinho
onde tao' bem se axao' Registadas varias Or
dens e Rezoluçoins Regias nelle a folhas sento
e dezacete verço the folhas dezoito se acha o Regis
to de huma Carta Regia Cujo teor he o se=
10 guinte = § Dom Joao' por graça de Deos, Rey¹⁴
de Portugal, e dos Algarves, da quem, e dâlem
mar, em África Senhor de Guinë etcetra= Fa=
ço saber a vos Officiais da Camera da Villa
de Paranaguá, que attendendo â innobediencia,
15 Com que se houve o Doutor Antonio Alves La=
nhas Peixoto, Ouvidor geral, que foi dessa
Villa, em naõ executar a Minha Provizão
de desde Janeiro de mil sete centos e vinte e qua=

¹¹ Entre o vocativo e o início do texto tem um espaço de aproximadamente 4 linhas.

¹² A letra C ocupa mais ou menos o espaço de 4 linhas no corpo do texto.

¹³ O primeiro s da palavra correissão é grafado longo, e assim respectivamente com: dessa (l.16), observar (l.25), Nosso (l.29) e passou (l.33).

¹⁴ Tem um ponto em cima da letra y das palavras *Reye* e *Leys* (l.29).

tro, em que Eu tinha confirmado os Provi=
20 mentos, e posturas, que deixou em Correissã
o Dezebargador Rafael Pires Pardino, que
Eu havia aprovado, Me pareceo dizer-vos, que
Eu houve por bem ordenar ao sindicante, que
houver de tirar Rezidencia ao dito Ministro,
25 Ihe dêem Culpa nella a não obsservar a
Minha Provizao', por que sem este ex=
emplo se segue que seus sucessores e outros
Ministros faltem ao Comprimento das Mi=
nhas Leys, e Ordens. El Rey Nosso
30 Senhor o Mandou pelos Dezebargadores
Joze Gomes de Azevedo e Manoel Fernan¹⁵
des Varges Comselheiros do seu Comselho
ultramarino, e se passou por duas vias. Teo=
dozio de Covellos Pereira a fes em Lisboa
35 occidental em o primeiro de Setembro di mil
sete centos, e trinta e seis = André Lopes

|| Fól. 1v ||

Lopes¹⁶ da Laura o fes escrever= Joze Gomes
de Azevedo= Manoel Fernandes Varges = E não
se Comtinha mais em a dita Carta, a qual
Eu Joze Ferreira de Sá Escrivão da Camera
05 que o escrivy¹⁷, e asignei: = Joze Ferreira de
Sá = Nada mais Comtinha em a dita Car=
ta Regia que aqui fielmente copiei do pro=
pio livro ao qual me reporto, e vai por mim
Comferido e assignado. Paranagua sete de
10 Maio de mil oito Centos e oito. Eu Luis Ig=

¹⁵ O carimbo do Departamento do Estado de São Paulo se encontra na altura das linhas 31 e 35, à direita do leitor, no canto inferior do fôlio.

¹⁶ Neste fôlio a tinta se encontra um pouco mais escura que no texto anterior.

¹⁷ Tem um ponto em cima da letra y da palavra *escrivy*.

nacio de Oliveira Cercal Escrivão da Camera
que escrevi, Comferi, e asignei.
Luis Ignacio de Oliveira Cercal
Comferido por mim *Escrivam*
15 Luis Ignacio de Oliveira Cercal¹⁸

5 Comentários Gerais

Segundo Castro (1990, p. 55) o aparato crítico reúne “todas as informações de interesse para a história da criação e da transmissão do texto [...]”. Esse processo permite que o trabalho “ultrapasse a simples apreciação editorial e vá investigar o processo de gênese da obra, através da evidência escrita do autor”.

Seguindo as orientações desse mesmo autor, é importante ressaltar algumas peculiaridades que dizem respeito aos manuscritos e que merecem ser mostradas e comentadas, uma vez que textos produzidos em um determinado período relatam fatos que aconteceram nesse período e reforçam a questão de que viver da memória desses documentos é retratar os atos e acontecimentos que foram testemunhados e, neste caso, os manuscritos são a perpetuação desses testemunhos relatados pelos agentes da História.

5.1 Contexto histórico de Paranaguá

Os historiadores como Viana (1976) e Santos (2001) situam a descoberta da costa paranaense no ano de 1531, quando chegou a expedição de Martim Afonso de Sousa a Cananéia com a missão de percorrer e explorar a costa brasileira até o rio da Prata. Receosos de ataques dos índios carijós que habitavam o continente, esses moradores se estabeleceram na ilha do Cotinga, formando um arraial. Depois de alguns anos, esses colonos passaram suas habitações para terra firme, localizando-se às margens do rio Taquaré, onde hoje se situa a cidade de Paranaguá.

Essa Aldeia, já então de brancos e de índios, foi fundada durante a época da exploração das minas. Sabe-se que, desde o descobrimento do

¹⁸ O carimbo do Departamento do Estado de São Paulo se encontra centralizado no final do fôlio.

Brasil, encontrar metais preciosos sempre foi o objetivo maior da Metrópole portuguesa. Em um primeiro momento, os indícios desses metais preciosos eram escassos. Por isso, o governo português abriu mão do monopólio e estimulou o descobrimento das minas, concedendo-as aos seus descobridores.

Embora, em meados do século XVI, portugueses e espanhóis praticassem, em solo paranaense, o tráfico de escravos indígenas, sua grande economia inicia-se no século XVII, com a exploração aurífera do Litoral e do planalto. Antes dessa época, a mineração não tinha sido iniciada em nenhuma parte do Brasil. O ouro de aluvião, encontrado no leito dos rios, requeria muito trabalho, e só a mão-de-obra escrava poderia viabilizar a exploração que, no entanto, era muito dispendiosa com retorno pouco compensador. Em decorrência desse fator, fez-se a integração dessa economia regional à economia colonial que, por sua vez, também era sustentada pelo trabalho escravo.

Diante das informações existentes, construiu-se em Paranaguá a primeira Casa de Fundição do Ouro no Brasil. O afluxo de habitantes oriundos das vilas e povoações do norte, atraídos pelo progresso da mineração, atingiu seu maior êxito por volta do ano de 1640. A existência de ouro naquele local despertou interesses da coroa portuguesa e acirrou a disputa pela posse da Capitania entre os herdeiros de Martim Afonso de Souza.

A Capitania de Nossa Senhora de Paranaguá foi criada em 08 de março de 1655 pelo Marquês de Cascais, sucessor hereditário de Pero Lopes de Souza que, na qualidade de herdeiro, conferiu plenos poderes a Gabriel de Lara, tornando-o administrador de todos os seus interesses, Lugar-tenente e Procurador, Capitão-mor, Ouvidor e Alcaide mor.

Até 1700 havia só um Ouvidor para as Capitânicas do Rio de Janeiro, São Vicente e Espírito Santo, quando foi criada uma Ouvidoria Geral para as Capitânicas do Sul, ficando o Ouvidor estabelecido em São Paulo. Em 1719, Rafael Pires Pardini foi nomeado Ouvidor Geral para as Capitânicas do Sul e, em suas andanças, percebeu que era impossível ao Ouvidor de São Paulo fazer uma boa distribuição da Justiça em todo o território sob sua jurisdição.

A partir de suas observações, instalou-se a Ouvidoria de Paranaguá em 1724 e, no ano seguinte, foi feita a divisão das duas Capitânicas, ficando a de Paranaguá com jurisdição sobre as vilas da costa do mar: de Iguape, Cananéia, São Francisco, ilha de Santa Catarina, Laguna, e até o Rio da Prata, e as vilas da serra acima de Nossa Senhora dos Pinhais de Curitiba até o lugar das Furnas. Em 20 de novembro de 1749, foi criada a ouvidoria de Santa

Catarina e, dessa forma, dividido o imenso território sob o domínio de Paranaguá.

Criadas várias comarcas em 1812, transferiu-se a sede da Ouvidoria de Paranaguá para a Vila de Curitiba, com a denominação de Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba, extinta depois em 1832. Com a extinção das Ouvidorias, foi a antiga Capitania elevada à 5ª Comarca de São Paulo.

O esgotamento do ouro no Paraná, associado à descoberta do ouro em Minas Gerais, no século XVIII, provocou a saída dos garimpeiros, atraídos por maiores ganhos e consequente esvaziamento populacional nas áreas mineradoras paranaenses. Dos que ficaram, uns permaneceram tentando a sorte nas minas, outros procuraram no planalto regiões que permitissem a prática da agricultura, extração da erva-mate e/ou a criação de gado.

Com o término da exploração de ouro, inicia-se uma nova fase econômica em Paranaguá: a agricultura de subsistência e o tropeirismo que se tornaram atividades complementares à economia mineradora, tanto no Paraná – enquanto a mineração era explorada – quanto em Minas Gerais.

O transporte de mercadorias, sempre que a geografia permitia, era feito no lombo dos animais, principalmente muars. A demanda por esses animais aumentou após a descoberta do ouro em Minas Gerais, mas os paulistas e os cariocas também eram seus consumidores. O gado vacum e cavalari apareceu nos Campos Gerais vindos de São Vicente, ali se desenvolveu e passou a ser o melhor negócio para aqueles que viviam da pecuária, principalmente na ocasião da fome nas minas do Brasil Central (1697-1698), possibilitando à sua criação atingir o máximo durante o século XVIII.

A grande demanda esgotou a fonte fornecedora dos Campos Gerais. De produtor passou a ponto de parada para descanso dos gados vindos da Colônia Sacramento e dos pampas sulinos. Os homens da pecuária paranaense tornaram-se *tropeiros*, outros organizaram suas propriedades para alugar como pastagens aos animais, que, ao longo de muitos dias inteiros de viagem, precisavam de um descanso para não chegarem muito magros ao seu destino.

A economia paranaense, que acompanhava a dinâmica da economia nacional e mundial, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, sofreu muitas modificações. Atividades como o tropeirismo, por exemplo, perderam a razão de ser com o aparecimento das ferrovias, que ofereceram um novo tipo de transporte com mais rapidez. A função do tropeirismo como meio de transporte permaneceu nas regiões onde não existia ainda outra alternativa, mas sem a mesma importância anterior.

É nesse contexto sócio-histórico que foram escritos os documentos aqui analisados.

5.2 Aparato das variantes

O escrivão da Vila de Paranaguá Luis Ignacio de Oliveira Cerval assim que finaliza as suas cópias, afirma ter sido estas fielmente copiadas e conferidas. Ao se fazer a colação, ou confronto, das cópias A e B, percebe-se que o conteúdo geral, sem dúvida, é o mesmo, mas em se tratando de aspectos da grafia, principalmente, as cópias apresentam um número até significativo de variantes. Segue-se abaixo o levantamento de algumas variantes de natureza diversa encontradas no cotejo dos testemunhos e a identificação do fólio e número da linha na qual elas se encontram na edição.

DOCUMENTO A	DOCUMENTO B
[Fól.1r]	[Fól.1r]
l.07-08: folhas sen to e dezoito	l.08: folhas dezoito
l.09: Carta Regia o qual o seu teor	l. 09: Carta Regia Cujo teor
l.09-10: he o seguinte. Dom Joao'	l.09-10: he o seguinte = § Dom Joao'
l.11: dáquem	l.11: da quem
l.13: Fasso	l.12-13: Faço
l.23-24: pareceu	l.22: parece o
l.24: dizer vos	l.22: dizer-vos
l.27: de em	l.25: dêem
l.34-35: Conselheiros	l.32: Comselheiros
[Fól.1v]	
l.03-04: de mil e sete centos	l.35-36: di mil sete centos
	[Fól.1v]
l.07: si	l.03: se
l.09: que a escrevy	l.05: que o escrivy
l.10-11: com tinha em o mencionado Registo da dita Carta	l.06-07: Com tinha em a dita Carta
l.07-08: propio	l.12: próprio
l.14-15: assignado. O que tudo porto por fé , Paranagua	l.09: assignado. Paranagua
l.17: que o Escrevi	l.12: que escrevi

Quanto à fidelidade da cópia, percebe-se que em algumas passagens há vocábulos que estão registrados em um manuscrito e no outro não. Por não possuir o testemunho autógrafo, fica difícil saber em qual documento ocorreu a supressão ou adição de determinada palavra. No caso do documento B, as supressões estão localizadas em: l.06: *o mencionado Registo*; l.08: *seno e*; l.09: *o que tudo porto por fé*; l.35-36: *e*. No documento A, em (l.09), constatou-se somente a supressão dos traços (=), que indicam quebra da palavra por se tratar de limite de mancha, e do símbolo de parágrafo (§).

Verifica-se também nos manuscritos que em algumas palavras a letra 's' está grafada longa, e que há acento gráfico em 'y'. Pode ser que o ducto de "s" assim como o diacrítico em "y" estejam indicando algum traço do nível fônico. Há, porém, necessidade de mais ocorrências para melhor descrição e análise dessa hipótese.

Conclusão

No trabalho apresentado, procurou-se mostrar que o objetivo maior de uma edição crítica consiste em restituir um texto, tanto quanto possível, à sua forma genuína. Assim, o conhecimento da língua e da época em que o texto foi escrito, desde logo, transforma-se em exigência preliminar. Nem se poderia, sem o indispensável recurso às principais disciplinas auxiliares, como a codicologia e paleografia aqui referidas, entender o valor e o sentido de um texto, dele eliminando o conjunto de alterações não autorais acumuladas durante o processo de sua transmissão.

Como qualquer processo de comunicação, a edição de um texto está sempre sujeita a lacunas, saltos, lapsos de revisão ou de cópia, omissões, transposições, troca de letras ou de palavras, inovações, interpolações, em suma, erros de toda a espécie, cabendo a crítica textual a análise técnica de todas essas questões, sempre com a finalidade de restituir o texto à sua possível forma originária.

Portanto, é de suma importância que a edição de manuscritos siga um rigor científico, caso contrário, muitas dessas edições transcritas aleatoriamente, representam uma perda incalculável para o estudo filológico e, conseqüentemente, para a reconstrução da história social da língua portuguesa.

...por duas vias. João
de Covillão. Causa afor em d. l. b. a.
Occidental em promissa de setembro de
mil e oitenta e cinco e seis. Andre aben
da Sousa afor. escrever. José Carlos de
Alcázar. Manuel Fernandes Carreira
Couto e Comtinha mais em d. l. b. a. Cui-
ta, a qual Cu José Ferrão de d. l. b. a. Cui-
vã da Camara, que escreveu e assigna-
José Ferrão de d. l. b. a. Nada mais Comti-
nha em omeunonario Regulo de d. l. b. a. Cui-
ta Regia que a qui finalmente copias de por que
lure a qual me l. p. o. t. e. v. a. s. por mim com fe-
sido assignado. A que tudo posto por fe. Pa-
rana que d. l. b. a. de d. l. b. a. de mil e oitenta e seis
Cu José Ignácio de d. l. b. a. Cui-
ta Camara que escreveu, comp. e assigna-
José Ignácio de d. l. b. a. Cui-
ta Com. f. d. l. b. a. Cui-
José Ignácio de d. l. b. a. Cui-
ta



Logoia da Louca após escrever: Torre Fernes
destruido - Manuel Fernandes Vargas - Enão
se Comtinha mais emadita Carta a qual
cu Torre Ferrusa de Sa Cuiroa da Camara
que auseruq, ea Signis. = Torre Ferrusa de
Sa = Nada mais Comtinha emadita Car-
ta Regia que aqui fulmente Logoia de pro-
prio livro a qual me depote, mas por mim
Comfido assignado. Passa a qual dite de
Meio de m d oite Centos e oite. Cu Luis Ig-
nacio del Obispo Cereal Cuiroa da Camara
que auseruq, Comfisi, ea Signis.

Luis Igñ. del Obis. Cereal
Comfido por m d Luis.
Luis Igñ. del Obis. Cereal



Referências

AZEVEDO FILHO, L. A. de. *Iniciação em Crítica Textual*. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Presença, 1987. (Coleção Atualidade).

CASTRO, I. *Editar Pessoa*. v. I. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.

SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. Estudo lingüístico de um manuscrito setecentista. *Polifonia*, v. 1, n. 4, p. 1-14, 2002.

SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica. In: GIL, B. D.; CARDOSO, E. de A.; CONDÉ, V. G. (Orgs.). *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-234.

SANTOS, A. V. dos S. *Memória histórica da cidade de Paranaguá*. v. I. Curitiba: Vicentina, 2001 [1850].

VIANA, M. *Paranaguá na história e na tradição*. Paranaguá: Conselho Municipal de Cultura, 1976.

Bibliografia consultada

BUENO, F. da S. *Estudos de Filologia Portuguesa*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1967.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SILVA NETO, S. da. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1956.

SPINA, S. *Introdução à Edótica: Crítica Textual*. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977.